

Jornalismo Político e Imagem Pública: Dilma Rousseff nos editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo*¹

Political Journalism and Public Image:
Dilma Rousseff and the *O Estado de S. Paulo's* Editorials

Camila Mont' Alverne

Mestranda do Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade do Ceará, Brasil (PPGCOM/UFC.) Integrante do Grupo de Pesquisa em Política e Novas Tecnologias (PONTE/UFC). E-mail: camilapessoa31@gmail.com.

Francisco Paulo Jamil Almeida Marques

Professor e pesquisador permanente do Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade do Ceará, Brasil (PPGCOM/UFC). Realizou Estágio Pós-Doutoral no Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil (PPGCOM/UFMG). Doutor e Mestre pelo Programa de Pós Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea da Universidade Federal da Bahia, Brasil (PósCom/UFBA). Líder do Grupo de Pesquisa em Política e Novas Tecnologias (PONTE/UFC). E-mail: marquesjamil@gmail.com.

1 Uma versão anterior deste trabalho foi apresentada no Seminário Temático "Mídia, política e eleições", como parte da programação do 37º Encontro Anual da ANPOCS. Os autores são gratos aos participantes do ST, a Isabele Mitozo e a Fernando Wisse pelas sugestões e críticas tecidas ao conteúdo deste artigo. A pesquisa que deu origem a este artigo foi financiada com bolsa de iniciação científica e com recursos do CNPq (processo 485320/2012-6).

PPGCOM Programa de Pós Graduação
COMUNICAÇÃO UFF
MESTRADO E DOUTORADO

Ao citar este artigo, utilize a seguinte referência bibliográfica

ALVERNE, Camila Mont'; MARQUES, Francisco P. J. Almeida. *Jornalismo Político e Imagem Pública: Dilma Rousseff nos editoriais do jornal O Estado de S. Paulo*. In: **Revista Contracampo**, v. 28, n. 3, ed. dez-mar ano 2013. Niterói: Contracampo, 2013. Pags: 92-116.

Edição 28/2013

Contracampo
Niterói (RJ), v. 28, n.3, dez-mar/2013.
www.uff.br/contracampo

e-ISSN 2238-2577

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como

Resumo

Sabe-se que a imagem pública dos representantes construída pelo Jornalismo constitui um dos fatores que influenciam a calibragem das preferências políticas dos cidadãos. Assim, pretende-se investigar, por meio do estudo dos editoriais publicados n'*O Estado de S. Paulo*, os enquadramentos do jornal que se ligam à construção da imagem da presidente Dilma Rousseff e do governo que ela gerencia. São considerados os textos publicados em diferentes meses e semanas de 2012, totalizando 24 peças. Três principais eixos temáticos foram diagnosticados: Economia; Política; e Questões Sociais. Percebe-se que, embora o Jornalismo não seja o único fator a concorrer para a configuração da imagem pública dos agentes políticos, a importância de obter visibilidade positiva não pode ser desprezada, especialmente em produtos que dispõem de credibilidade junto à audiência.

Palavras-chave: Jornalismo político; Enquadramento; Editorial.

Abstract

One knows that representatives' public image built by Journalism is a factor that influences citizens' political preferences. This article investigates the frames adopted by the *O Estado de S. Paulo* newspaper regarding president Dilma Rousseff and her government's image. We considered 24 editorials published in different months and weeks of 2012. Three main issues were identified: Economics, Politics and Social Agenda. Although Journalism is not the only factor able to compose a politician's public image, the importance of attaining a positive visibility cannot be dismissed, especially for products which have credibility before the audience.

Keywords: Political Journalism; Framing; Editorial.

Introdução

É possível afirmar que, nas democracias contemporâneas, boa parte do contato entre representantes e representados acontece graças à mediação da comunicação de massa. Dessa forma, acaba sendo a imagem construída na esfera de visibilidade pública aquela que leva o cidadão, em boa medida, a calibrar suas preferências.

Assim, uma das consequências da difusão dos *media* para as práticas políticas reside no fato de que não basta ao representante ser um bom gestor; é fundamental aparecer ao público como tal. Porém, esse tipo de exposição positiva não é algo que se entregue facilmente aos que desejam se projetar perante uma audiência mais ampla (GOMES, 2004).

A construção e a manutenção da imagem pública obrigam os políticos a prezarem continuamente por sua apresentação e postura (EDELMAN, 1980; APOSTOLIDÉS, 1993; ALBUQUERQUE; DIAS, 2002; BURKE, 1994; AELST; SHEAFER; STANYER, 2012). No caso, diversas estratégias podem ser adotadas para se tentar controlar as impressões que a audiência tem dos representantes: duas das providências recorrentes são gerar informações favoráveis por meio de assessorias e adquirir conhecimentos mediante o chamado *media training*.

A dependência dos *media* para configurar a imagem pública, então, faz com que os agentes políticos tenham de compreender a lógica do Jornalismo e tentem adequar-se a ela (ALBUQUERQUE, 2000; COOK, 2005; MIGUEL, 2001), a fim conseguir um espaço no telejornal da noite ou nas manchetes do dia seguinte.

Os critérios de noticiabilidade empregados pelos jornalistas são essenciais para se compreender a lógica de produção, circulação e consumo de informações. Em outras palavras, o Jornalismo, como campo independente – em termos ideais, pelo menos –, reforça a noção de que a comunicação de massa não funciona apenas como elo passivo entre política e cidadãos (McCOMBS, 1997; NEGRINE; STANYER, 2007; STRÖMBÄCK; AELST, 2013). Assim, há quem defenda que o Jornalismo participa da configuração do jogo político e interfere na forma como se faz política (FALLOWS, 1997; SCHUDSON, 2008).

Mas tal processo de enquadramento dos representantes é marcado por uma tensão permanente, na medida em que o discurso da imparcialidade, da neutralidade e

da objetividade (que, em princípio, caracteriza as notícias) é problematizado pelas tomadas de posição evidentes nos editoriais.

Partindo dessas reflexões, o trabalho pretende investigar os enquadramentos (ENTMAN, 1993; AALBERG, 2011; MENDONÇA; SIMÕES, 2012; MIOLA, 2012) do jornal *O Estado de S. Paulo* (OESP) no que se refere à construção da imagem da presidente Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores - PT) e do governo que ela gerencia. Por meio do estudo dos editoriais – ou seja, textos pertencentes à seção de opinião do jornal e voltados para apresentar a perspectiva da empresa –, espera-se compreender com que elementos o *Estadão* contribui para a imagem construída publicamente da presidente.

O artigo está estruturado da seguinte forma: no primeiro tópico, discutem-se os conceitos de imagem pública e de enquadramento. Em seguida, apresenta-se a análise empírica, dedicada, também, a justificar a escolha do *corpus* e das estratégias metodológicas. Ao final, os achados da pesquisa são debatidos.

Imagem Pública e Enquadramento: Confrontos entre a Comunicação e a Política

É fundamental deixar claro que a Comunicação e a Política formam dois campos diferentes, que “guardam certo grau de autonomia e a influência de um sobre o outro não é absoluta nem livre de resistências” (MIGUEL, 2002, p. 167). Na verdade, as relações entre os campos não são simplesmente de submissão ou de domínio; elas se mostram mais complexas, envolvendo, por exemplo, barganhas, tensões e negociações.

Uma das dimensões de disputa entre os campos se refere à chamada "política de imagem", expressão que indica “a prática política naquilo que nela está voltado para a competição pela produção e controle de imagens públicas de personagens e de instituições públicas” (GOMES, 2004, p. 242). Os agentes do campo político estão sujeitos a terem a imagem pública – definida como “... um complexo de informações, noções, conceitos, partilhado por uma coletividade qualquer” (GOMES, 2004, p. 254), que caracterizam um sujeito – moldada cotidianamente. No caso de agentes detentores de cargos de destaque, a exemplo da presidente Dilma Rousseff, a preocupação com a imagem pública é ainda mais pertinente, tendo em vista que suas ações sempre podem render pauta jornalística. Isso significa que alguns atores políticos, dependendo do cargo

que ocupem, estão, naturalmente, em foco; eles não precisam se preocupar em estar em pauta, pois seus pronunciamentos, atos e eventos dos quais participarem serão alvo de cobertura (KAPLAN, 2012).

É importante ressaltar que a preocupação dos agentes políticos em preservar uma imagem pública favorável não surge com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa ao longo do século XX. No século XVII, o rei Luís XIV já tomava providências em relação a sua imagem (BURKE, 2009, p. 101).

A diferença é que, naquele cenário, a visibilidade pública exigia co-presença temporal e espacial (não obstante a produção de imagens públicas de autoridades, por exemplo, cunhada em moedas). “Nesse sentido era bastante comum os grandes detentores do poder, como reis, imperadores ou príncipes, concentrarem parte dos seus esforços na administração da sua auto-apresentação em público” (PRIOR, 2011, p. 406).

A comunicação de massa altera parte da lógica de gerenciamento de imagens na medida em que permite que as mensagens atinjam um público maior; assim, acabam por aumentar a oferta de informações disponível ao cidadão (WEBER, 2004).

Devido ao contato mediado do cidadão com os agentes políticos, é essencial debater a forma pela qual a cobertura jornalística é configurada e, ao mesmo tempo, configura imagens. Ainda que não necessariamente haja a intenção de favorecer alguns personagens em detrimento de outros, a adoção de determinadas perspectivas denota uma alternativa que o Jornalismo encontra para interferir nas histórias apresentadas.

O enquadramento revela uma das formas pelas quais tal influência pode aparecer. Mais especificamente, enquadramento, ou *framing*, significa “selecionar e jogar luz sobre aspectos de um evento ou de um assunto, e fazer conexões entre eles para promover uma interpretação particular, uma avaliação e/ou solução” (ENTMAN, 2004, p. 5, tradução nossa). Os *frames* podem definir problemas, diagnosticar suas causas, oferecer julgamentos morais e indicar soluções para questões diversas. Eles operam salientando algumas partes da informação sobre determinado assunto, pessoa ou evento (ENTMAN, 1993), e introduzem ou aumentam a validade e a aparente importância de certas ideias para avaliar um objeto político (ENTMAN, 2010).

Defende-se que é possível verificar os aspectos que caracterizam a imagem pública de determinado agente político pelo fato de ela ser formada pela seleção de

alguns atributos. Ao enquadrar as questões e os personagens, o Jornalismo faz uma seleção dos aspectos a serem colocados em evidência. De acordo com Biroli e Miguel,

... o noticiário é organizado por valores e preconceitos a partir dos quais os fatos ganham saliência e transformam-se em notícias, inseridos em narrativas causais. Dizendo de outra forma, as informações fazem sentido *se e apenas se* têm como pano de fundo discursos mais permanentes, valorativos (BIROLI; MIGUEL, 2012, p. 29, grifo dos autores).

Dessa forma, analisar os enquadramentos adotados permite saber sob quais perspectivas os assuntos são apresentados, e, também, de que forma é construída a imagem pública daqueles envolvidos nas narrativas.

Análise Empírica

Sobre o *corpus* empírico e as estratégias metodológicas

O *corpus* empírico da pesquisa foi composto por 24 editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo*, publicados na versão impressa do periódico e acessados através do portal oficial da referida empresa¹. É justamente por meio de tal espaço opinativo que o *Estadão* torna explícito seu pensamento sobre diversas questões.

Para se ter uma melhor ideia de como a visão do jornal se desenvolve com o tempo, coletaram-se, ao longo do ano de 2012, editoriais da primeira semana de março, da segunda de abril, da terceira de maio e da quarta semana de junho. Mas ressalte-se que o *corpus* não é formado por todos os editoriais das semanas escolhidas: foram selecionadas apenas aquelas unidades que mencionam o termo “Dilma” e cuja publicação se deu na seção Notas e Informações, localizada na página 3 do jornal (dos 84 editoriais publicados ao longo de quatro semanas, 24 deles mencionavam “Dilma”).

¹Disponível em <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em 25 abr. 2013.

Tabela 1 – Dias considerados pela análise em cada mês

Mês	Período considerado
Março	04/03 a 10/03 (domingo a sábado)
Abril	08/04 a 14/04 (domingo a sábado)
Maiο	20/05 a 26/05 (domingo a sábado)
Junho	24/06 a 30/06 (domingo a sábado)

A opção pelo *Estado* se dá por este ser um dos jornais mais antigos em circulação no Brasil, com a tradição de tornar explícitas suas posições aos leitores², ao mesmo tempo em que se comporta nos moldes de uma grande empresa de comunicação (um *quality paper*), esforçando-se para provar ao leitor que separa conteúdo opinativo e informativo (SODRÉ, 1999; COUTINHO; MIGUEL, 2007)³.

A metodologia utilizada para o estudo da imagem pública e dos enquadramentos nos editoriais é a Análise de Conteúdo. O método trabalha com a “materialidade linguística através das condições empíricas do texto, estabelecendo categorias para sua interpretação” (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 683-684). A ideia, de acordo com as autoras citadas, seria compreender o pensamento do sujeito por meio do conteúdo expresso no texto.

A análise preliminar do *corpus* empírico permitiu que fosse elaborada uma categorização importante acerca da amostra⁴. A leitura dos editoriais apontou, de forma relativamente nítida, para a possibilidade de se dividir os textos em três eixos temáticos – Política, Economia e Questões Sociais. Assim, em um segundo momento, foram identificados, a partir da leitura e da codificação dos editoriais em tais eixos, os enquadramentos apresentados pelo jornal.

São explicadas, abaixo, as características que justificam a categorização dos textos em cada eixo:

²Ao longo da sua história, *O Estado de S. Paulo* apoiou explicitamente, por exemplo, candidatos a presidente do Brasil, como Rui Barbosa, Fernando Henrique Cardoso e José Serra, além de movimentos como a Aliança Liberal e o golpe militar de 1964 (SODRÉ, 1999). Embora esse seja um fenômeno comum em outros países (ARMAÑANZAS; NOCÍ, 1996), os periódicos brasileiros não costumam adotar posições políticas de forma pública.

³Disponível em <<http://bit.ly/2n62Bb>>. Acesso em 9 jun. 2013.

⁴Ao adotar enquadramento como estratégia metodológica, reconhece-se o risco de cair em uma classificação subjetiva e também a possibilidade de que outras abordagens ao tema encontrassem categorias diferenciadas para agrupar o *corpus*. No entanto, ressalte-se que a classificação aqui apresentada é fruto de leituras atentas do material catalogado, procurando-se encontrar características e temáticas em comum nos textos, a fim de alcançar uma categorização consistente.

1) Política: textos que façam menção ao jogo político; às disputas partidárias; às relações entre Executivo, Legislativo e Judiciário; a escândalos de corrupção e investigações de atos ilícitos por parte de agentes do campo político; a Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs).

2) Economia: textos referentes a assuntos econômicos internos e externos; à crise econômica; à política econômica do governo.

3) Questões Sociais: textos que tratem de assuntos diretamente ligados à dinâmica social, como aprovação de novas leis regulando relações de trabalho; greves e manifestações da esfera civil.

Na tabela seguinte, pode-se verificar o título, a data de publicação e a categoria de cada editorial que compõe o *corpus* (Tabela 2).

Tabela 2 – Informações sobre os editoriais que compõem o *corpus*

Título do editorial	Data de publicação	Categoria
Estados precisam de alívio	05/03/2012	Política
Tsunami de palavras	06/03/2012	Economia
Novas regras do teletrabalho	08/03/2012	Questões Sociais
O BC e a Fazenda de mãos dadas	09/03/2012	Economia
Igualdade não depende só de lei	09/03/2012	Questões Sociais
Percalços da presidente	09/03/2012	Política
Pressão sobre os governadores	08/04/2012	Economia
Agora, ONGs governamentais	08/04/2012	Política
A importação de médicos	09/04/2012	Questões Sociais
Dívida estadual e guerra fiscal	10/04/2012	Economia
Diplomacia da cachaça	11/04/2012	Economia
A CPI deve ir em frente	13/04/2012	Política
A ordem de divulgar salários	22/05/2012	Questões Sociais
Benefícios seletivos	23/05/2012	Economia
A greve nas federais	23/05/2012	Questões Sociais
Déficit de confiança	24/05/2012	Economia
O custo das telecomunicações	25/05/2012	Economia
Incógnitas da transposição	25/05/2012	Questões Sociais
Quem, afinal, manda no BC	26/05/2012	Economia
A Rio+20 na hora errada	24/06/2012	Economia
Hora da verdade na Petrobras	27/06/2012	Economia
Do interesse da China	27/06/2012	Economia
Caminho desimpedido	28/06/2012	Política
Mercosul e autoritarismo	29/06/2012	Política

Dos 24 editoriais, a metade pôde ser classificada no eixo Economia, com os outros 12 divididos igualmente entre Política e Questões Sociais.

Tabela 3 – Divisão dos editoriais por eixos

Economia	Política	Questões Sociais
12	6	6

Análise dos editoriais da categoria “Economia”

A primeira peça examinada, “Tsunami de palavras”, do dia 6 de março, tem como tema a crise econômica mundial. O texto apresenta a situação das economias dos países da zona do euro e a do Brasil, além de propor soluções aos problemas brasileiros. O quadro econômico do país não é dissociado das competências da presidente, insinuando que ela seria inerte em relação às medidas que precisariam ser tomadas para proteger a economia da crise.

A presidente exibe uma evidente inclinação para um velho esporte latino-americano - atribuir aos outros toda a responsabilidade por seus infortúnios e fazer muito menos que o necessário e possível para corrigir as próprias deficiências (OESP, 6 mar. 2012).

O jornal lembra a responsabilidade do governo sobre a política monetária, além de propor estratégias para fortalecer a competitividade brasileira. Ao final do texto, o periódico assume acreditar que as medidas tomadas pelo governo brasileiro são insuficientes e que o governo é inerte diante das “ineficiências e custos excessivos da economia nacional” (OESP, 6 mar. 2012).

O segundo texto, “O BC e a Fazenda de mãos dadas”, de 9 de março, traça um panorama sobre a economia brasileira e as medidas que o governo estaria tomando para recuperá-la. O editorial trata da alegada ingerência do Ministério da Fazenda junto ao Banco Central, à qual o jornal tem objeções. “Há um evidente acordo de cooperação entre o BC e a Fazenda, estimulado pelo Palácio do Planalto. Esse esforço é positivo, em princípio, mas pode tornar-se perigoso, se a autoridade monetária deixar em segundo plano o cuidado com a estabilidade de preços” (OESP, 9 mar. 2012).

No terceiro texto, “Pressão sobre os governadores”, do dia 8 de abril, o assunto predominante é a manifestação de empresários e sindicalistas em defesa da indústria brasileira. Concentrado nas questões internas da economia brasileira, o periódico faz críticas às medidas adotadas pelo governo federal para estimular a indústria. Desta vez, os agentes cobrados são os governadores dos estados, pois, segundo o *Estadão*, seriam responsáveis por corrigir distorções do sistema tributário, como a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O governo federal, contudo, não

escapa da crítica. “Industriais e sindicalistas podem fazer barulho e pressionar, mas pouco ou nenhum resultado será obtido sem a intervenção do governo federal como coordenador” (OESP, 8 abr. 2012).

No texto seguinte, “Dívida estadual e guerra fiscal”, do dia 10 de abril, o assunto em pauta é a dívida dos estados – refinanciada pelo Tesouro – e a guerra fiscal entre eles, que também estaria ligada à política de impulsionar a indústria brasileira. A Presidência acaba envolvida na questão, de acordo com as impressões do *Estadão*, por circunstâncias políticas, uma vez que o assunto não seria, para o governo, tão urgente quanto era para os estados da federação. O periódico ressalta, ainda, o teor político da revisão das dívidas. Esse mesmo editorial também cobra do governo a ação prometida por ele, que viria junto à mudança constitucional discutida no Congresso.

O próximo texto, “Diplomacia da cachaça”, do dia 11 de abril, faz referência à visita de Dilma aos Estados Unidos. O editorial começa criticando a efetividade da visita já que, de acordo com o jornal, o “reconhecimento da cachaça como produto brasileiro e do bourbon como produto americano foi o evento mais notável da visita da presidente Dilma Rousseff à capital do país mais rico e mais poderoso do mundo” (OESP, 11 abr. 2012). O texto argumenta que a visita não trouxe resultados econômicos ao Brasil. Do ponto de vista político, o jornal avalia que a pretensão do Brasil a um posto permanente no Conselho de Segurança da ONU não teria contado com o entusiasmo dos americanos. De acordo com o *Estadão*, isso é natural, uma vez que a presidente insiste em abordar temas de uma chamada “diplomacia petista”.

Nesse editorial em tela, transparece, pela primeira vez, a ambígua relação que o *Estadão* estabelece com o governo Dilma. Apesar de identificar que a presidente representa a continuidade das políticas do governo Lula, o jornal também parece, em alguns momentos, descolar os dois governos, como se ela não integrasse o projeto gerenciado por Lula durante oito anos. No caso do texto ora analisado, a diferença entre os dois governantes aparece quando o *Estadão* insinua que as relações com os EUA eram mais tensas na época que Lula era presidente, embora não veja grandes avanços com o governo Dilma.

A visita serviu principalmente, segundo alguns analistas, para mostrar uma evolução nas relações bilaterais, agora menos tensas do que no período do presidente Luiz Inácio Lula da

Silva. Pode ser, mas essa melhora pouco valerá sem uma agenda econômica mais ambiciosa e muito mais pragmática (OESP, 11 abr. 2012).

O editorial “Benefícios seletivos”, do dia 23 de maio, trata das políticas de incentivo ao consumo postas em prática pelo governo do PT. As medidas para estimular as vendas de automóveis e para reduzir os custos dos empréstimos para o consumo “beiram a demagogia”, de acordo com o texto, que ainda afirma que os ganhos mais notáveis, se houver, beneficiarão um segmento empresarial, “as montadoras – com o qual o Partido tem afinidades políticas históricas”.

Mais uma vez, a ideia de que Dilma não teria noção da crise com que estava lidando – ou seria negligente – aparece, e a possível inércia dela poderia acarretar consequências nefastas ao desempenho dos que compõem o governo e, conseqüentemente, ao país.

Afirmações exageradamente otimistas da presidente Dilma Rousseff, como a de que o País está “300%” preparado para enfrentar os problemas de origem externa, em nada estimulam sua equipe a procurar entender as novas ameaças à economia do País, o que torna ainda mais difícil a adoção das medidas para repeli-las (OESP, 23 mai. 2012).

O texto seguinte, “Déficit de confiança”, do dia 24 de maio, começa questionando, mais uma vez, a habilidade da presidente em lidar com a crise internacional.

Diante do agravamento do cenário internacional, com efeitos notáveis na atividade econômica interna, seu esforço tem sido o de tentar mostrar que tudo vai bem e que haverá recursos mais do que suficientes para assegurar os investimentos necessários ao crescimento (OESP, 24 mai. 2012).

Critica-se o otimismo “cada vez mais descolado da realidade” com o qual o governo estaria encarando a situação. Parte dos problemas da economia brasileira seria, de acordo com o jornal, consequência da inaptidão dos petistas para governar. “(...) o governo do PT tem notória dificuldade para administrar os programas de investimentos,

de que resultam projetos de baixa qualidade e atraso na liberação de recursos” (OESP, 24 mai. 2012).

No editorial do dia seguinte – 25 de maio –, “O custo das telecomunicações”, voltam a aparecer críticas à carga tributária brasileira, por causa da declaração do ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, sobre os impostos que atingem o setor. O jornal cobra de Dilma a redução dos tributos. “Com a maioria de que dispõe no Congresso, a presidente Dilma Rousseff pode propor – e obter – uma redução dos tributos” (OESP, 25 mai. 2012).

No dia 26 de maio, a autonomia do Banco Central volta a ser pauta. “Quem, afinal, manda no BC” afirma que o banco afastou-se do papel de guardião da moeda e elaborou uma medida “para beneficiar exclusivamente um segmento da economia, a indústria automobilística” (OESP, 26 mai. 2012). O texto continua:

Como mostrou reportagem de Beatriz Abreu publicada no Estado de quinta-feira, quando se trata de política econômica, Dilma não pede, ela manda fazer. Isso vale para todos os seus auxiliares - e, entre eles, agora está o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini (OESP, 26 mai. 2012).

No trecho acima, enquadra-se, inclusive, o temperamento da presidente. Durante a administração de Lula, a alegada interferência na instituição não ocorria, avalia o jornal. Esse é o único momento, nos editoriais analisados, em que o *Estadão* vê alguma vantagem do governo anterior em relação ao de Dilma.

O texto seguinte, “A Rio+20 na hora errada”, do dia 24 de junho, enfoca o documento resultante da conferência. O jornal argumenta que o momento escolhido para a Rio+20 foi equivocado, devido à crise econômica. A agenda ambiental, portanto, deixaria de ser prioridade, diante de economias abaladas, que não poderiam, na visão do *Estadão*, arcar com os possíveis custos de adotar soluções ecologicamente corretas.

Sobrou ambição e faltou realismo ao governo brasileiro, ao insistir na realização da Conferência Rio+20 num dos piores momentos da maior crise econômica desde a Grande Depressão dos anos 30 do século passado. Nem a anfitriã do encontro, a presidente Dilma Rousseff, pôde concentrar-se tanto quanto

deveria nas negociações sobre os grandes temas ambientais (OESP, 24 jun. 2012).

O texto seguinte, “Hora da verdade na Petrobras”, do dia 27 de junho, tem como foco o plano de negócios anunciado pela presidente da empresa, Graça Foster, para o período 2012-2016. O jornal é simpático ao novo plano, uma vez que o enxerga como “uma visão crítica dos padrões da administração passada e implantados no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Desde o início da gestão petista, como indicou a presidente da empresa, a Petrobrás jamais conseguiu alcançar as metas fixadas” (OESP, 27 jun. 2012). Um erro a não ser repetido, de acordo com o jornal, seria a associação negociada por Lula e Hugo Chávez para a Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, que não teria obtido resultados efetivos.

Mais uma vez, as imagens de Dilma e do seu governo aparecem descoladas da imagem do governo Lula. É curioso observar, também, como a presidente, embora componha o mesmo projeto, parece ser mais confiável para o jornal, em alguns momentos. No caso do editorial em tela, o *Estadão* acredita que a presidente possa até contribuir para encerrar práticas nocivas instauradas pelo governo anterior.

O último editorial da categoria também é do dia 27 de junho, intitulado “Do interesse da China”. O foco do texto é a teleconferência entre presidentes de Brasil, Argentina e Uruguai com o primeiro-ministro chinês para anunciar uma aliança entre os quatro países (OESP, 27 jun. 2012). O *Estadão* critica a possível aliança e a forma de discussão da proposta no âmbito do Mercosul. Ao final, o jornal ainda cobra uma explicação sobre o acordo do Mercosul com a União Europeia, “cujas negociações se arrastam há dez anos, ampliaria o mercado para os manufaturados do Cone Sul. Desse acordo, porém, os governos da região pouco falam, talvez por razões 'estratégicas' difíceis de explicar” (OESP, 27 jun. 2012). Os dez anos durante os quais as negociações com a União Europeia se desenrolam compõem, justamente, o período no qual o Brasil teve o PT à frente do governo.

Nos editoriais que abordam assuntos econômicos, fica evidenciada a linguagem mais técnica utilizada pelo jornal, que escreve para quem está familiarizado com o assunto.

Análise dos editoriais da categoria "Política"

A análise dos editoriais codificados na categoria Política começa com texto do dia 5 de março, “Estados precisam de alívio”. O texto preocupa-se com a renegociação das dívidas dos estados e dos municípios com a União (tratando, em especial, das consequências geradas caso o governo federal não interfira nas negociações).

O jornal alerta Dilma para não deixar a política econômica ao alcance dos parlamentares, insinuando que a presidente já sabe como funciona o jogo no Congresso, mas isso não significa que o periódico acredite na habilidade dela para lidar com os diversos interesses em questão, como fica claro nos textos seguintes.

Com pouco mais de um ano de governo, a presidente Dilma Rousseff já deve saber quanto é difícil – e caro – obter apoio parlamentar para a aprovação de qualquer projeto com algum teor de austeridade financeira. Melhor, portanto, não perder tempo e não abusar da sorte. Senadores vêm dando atenção crescente às queixas dos governadores e isso deveria alertar o Executivo (OESP, 5 mar. 2012).

O *Estadão* vê problemas em permitir que a questão chegue ao parlamento, partindo da perspectiva de que deputados e senadores seriam mais irresponsáveis em relação aos gastos públicos – e a austeridade econômica é uma preocupação central do jornal. O debate deveria manter-se na arena técnica (ainda que não especifique ao certo o que é um debate técnico), longe dos interesses políticos.

O segundo texto analisado, “Percalços da presidente”, é do dia 9 de março. Tendo como plano de fundo a derrota do governo na votação pela recondução de Bernardo Figueiredo à presidência da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o foco da peça é a falta de habilidade política de Dilma. A derrota é atribuída a uma retaliação dos parlamentares em relação ao governo.

Mais uma vez, o jornal caracteriza os congressistas como figuras pouco idôneas, identificando um tipo de chantagem na ação dos senadores. Nesse caso, o começo do texto não é muito desfavorável a Dilma, já que apresenta sua relutância em ceder aos desejos da base aliada.

Contrariando a posição adotada no editorial anterior (“Estados precisam de alívio”), há a insinuação de que Dilma não aprendeu como funciona a política, mesmo

tendo frequentado “o coração do governo durante sete dos oito anos do reinado de seu antecessor” (OESP, 9 mar. 2012), além de que seria inábil para a negociação. O *Estadão* adota uma posição dúbia ao abordar a capacidade de governar da presidente, ora apresentando-a como uma política ingênua, ora como alguém que conhece o funcionamento da política.

No parágrafo seguinte, a caracterização de Dilma persiste, deixando a entender que a presidente seria autoritária.

Irascível, impaciente, inepta para a negociação, a presidente dá a impressão de que o temperamento a impede de aprender como funciona o processo político, no muito que depende de terceiros que não lhe são subordinados, obedecem a outra lógica e partem da premissa de que apoio com apoio se paga. Assim como não consegue transformar projetos em obras, a presidente tampouco se mostra proficiente em construir uma autoridade política pessoal: fica só a imagem do autoritarismo (OESP, 9 mar. 2012).

Nesse texto, a construção da imagem de Dilma fica não somente no plano de gestora, mas também em aspectos pessoais. O *Estadão* não desconsidera a popularidade de que dispõe a presidente, embora não acredite que o apoio popular seja o suficiente para sustentá-la politicamente, pelo fato de ela não saber como usar os altos níveis de aprovação do governo para se fortalecer enquanto líder.

O texto subsequente, do dia 8 de abril, salienta as relações do governo com as Organizações Não-Governamentais (ONGs). Intitulado “Agora, ONGs governamentais”, o editorial começa criticando os repasses governamentais para as ONGs, questionando a forma de aplicação do dinheiro. Em seguida, reprova-se o aumento no montante a ser repassado às organizações. “(...) o governo do PT quer aumentar o bolo que alimenta essas organizações, e para isso vai criar um fundo de financiamento que inicialmente disporá de R\$ 200 milhões fornecidos por instituições controladas pelo governo, mas poderá contar com recursos privados” (OESP, 8 abr. 2012).

O próximo texto, “A CPI deve ir em frente”, é do dia 12 de abril. O centro da peça é a “CPI do Cachoeira”, instaurada para investigar as ligações entre o contraventor

e agentes públicos e privados. O jornal atribui a criação da CPI à intenção do PT de criar um “espetáculo de longa duração para não deixar que o julgamento do Mensalão, previsto para os próximos meses, monopolize as atenções da opinião pública neste ano eleitoral” (OESP, 12 abr. 2012).

O periódico deixa claro que há o que ser investigado no governo Dilma, mas falta poder político aos opositores. Sugere, também, a manutenção da força do ex-presidente Lula no governo, a ponto de dar o aval para formar a CPI, na qual ele teria interesse. “Petistas estariam fazendo ato de contrição por tê-la proposto. O presidente do Senado, José Sarney, julga os seus promotores 'irresponsáveis'. Já a sociedade não tem por que temer o imponderável, mas receia que um arreglo faça da CPI uma pizza antes até de começar” (OESP, 12 abr. 2012).

O texto seguinte chama-se “Caminho desimpedido”, do dia 28 de junho, e tem como foco o julgamento do Mensalão, que poderia começar no dia 2 de agosto daquele ano. O *Estadão* demonstra preocupação com a possível absolvição dos acusados. “Pressões as mais diversas, como a indecorosa investida do ex-presidente Lula no mês passado para adiar o julgamento, fazem parte das servidões de seu ofício” (OESP, 28 jun. 2012).

O *Estadão* elenca, no texto, conclusões sobre as investigações que indicariam a culpa dos acusados e a necessidade de que fossem condenados. Ao mencionar a inconveniência de Dilma indicar o novo ministro do STF antes da conclusão do processo, o jornal pressiona por um julgamento sem ingerência política.

Por fim, o último editorial da categoria é do dia seguinte, 29 de junho, intitulado “Mercosul e autoritarismo”. Como pano de fundo, há a discussão sobre a entrada ou não da Venezuela – com o afastamento do Paraguai – no referido bloco econômico.

Ao final, a peça reforça o perigo de a Venezuela ser aceita no Mercosul, bloco que seria governado pelo “eixo Buenos Aires-Caracas”, e atribui a problemática política internacional brasileira a decisões tomadas antes mesmo do governo Dilma: “Quaisquer compromissos com a democracia serão abandonados de fato e as esperanças de uma gestão racional do bloco serão enterradas. Para precipitar esse desastre bastará o governo brasileiro acrescentar mais um erro diplomático à enorme série acumulada a partir de 2003” (OESP, 29 jun. 2012). Assim, o movimento pendular entre a

identificação ou não de Dilma com o Partido dos Trabalhadores aparece, mais uma vez, no referido editorial.

Análise dos editoriais da categoria "Questões Sociais"

O primeiro texto do eixo Questões Sociais, do dia 8 de março, chama-se “Novas regras do teletrabalho”. O editorial discute a mudança na legislação trabalhista brasileira por causa dos avanços tecnológicos. O *Estadão* observa problemas na lei sancionada, que não teria deixado os limites dos empregos “virtuais” claros – tanto que outra legislação teria de ser usada como base para sua aplicação. O jornal encara a lei do ponto de vista do empregador, preocupando-se com processos e sanções que eles possam sofrer com a abrangência da legislação.

O texto seguinte, “Igualdade não depende só de lei”, de 9 de março, trata da aprovação de uma lei para equiparar o salário da mulher ao do homem que exerce a mesma função. Embora diga que o projeto de lei está “coberto das melhores intenções” e que, provavelmente, seria sancionado sem alterações pela presidente, o jornal desconfia da aplicação prática da lei.

O terceiro texto, do dia 9 de abril, tem como título “A importação de médicos”, e discute a possível alteração nas regras de homologação de diplomas de médicos formados no exterior. O editorial menciona uma conversa informal de Dilma com os jornalistas, em que ela teria anunciado a disposição do governo em mudar tais regras, a fim de aumentar a oferta de profissionais no mercado e de reduzir a disparidade da qualidade dos serviços de saúde entre as unidades da Federação.

O *Estadão* conclui o texto com uma crítica ao plano de Dilma, mas, desta vez, sem apresentar proposta concreta à resolução do problema da falta de médicos em regiões pobres do Brasil, diferindo de outros editoriais. “Em vez de impor novas regras de forma unilateral, para facilitar a entrada de médicos estrangeiros no Brasil, o governo deve criar mecanismos que viabilizem o exercício da medicina nas regiões mais pobres do País” (OESP, 9 abr. 2012).

O próximo editorial, “A ordem de divulgar salários”, é do dia 22 de maio. Nele, discute-se a polêmica atinente à divulgação dos salários dos servidores do Poder Executivo Federal.

A determinação consta do decreto assinado pela presidente Dilma Rousseff na quinta-feira passada para regulamentar a Lei de Acesso à Informação que entrou em vigor na véspera. A lei marca um histórico ponto de inflexão nas desiguais relações entre o Estado e a sociedade, ao assentar o princípio de que a transparência deve ser a regra, e o sigilo a exceção, nas práticas da esfera pública (OESP, 22 mai. 2012).

O jornal traz os argumentos dos sindicatos de servidores, a fim de rebatê-los, e assume uma posição alinhada com a da Presidência. O *Estadão* não deixa de lado, no entanto, uma ressalva ao decreto da presidente, já que existe a possibilidade de não ser fornecida a informação demandada, caso o órgão julgue o pedido improcedente.

Já no texto do dia 23 de maio, “A greve nas federais”, abordam-se as greves nas universidades federais brasileiras. O editorial faz uma contextualização das instituições paralisadas e das que ameaçavam aderir ao movimento ainda naquela semana.

Por causa da greve, que foi deflagrada na última quinta-feira pela Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), a presidente Dilma Rousseff teve de cancelar dois compromissos na sexta-feira. [...] O cancelamento foi por causa da possibilidade de vaias à chefe da Nação, expondo-a a situações constrangedoras (OESP, 23 mai. 2012).

O fato de cancelar compromissos em virtude da greve dá uma ideia sobre como a presidente lidaria com o impasse: evitando enfrentá-lo. De acordo com o periódico, o governo estaria se movimentando para evitar maiores prejuízos – eleitorais, inclusive – por causa da paralisação dos professores. Por fim, o *Estadão* arrisca explicar os motivos da greve:

Durante anos, a Andes esteve sob controle do PT, motivo pelo qual não criou constrangimentos políticos para as autoridades educacionais, nos dois mandatos do presidente Lula. Recentemente, contudo, o partido perdeu espaço para agremiações menores e mais radicais nos meios estudantis e

acadêmicos - e, desde então, o governo passou a ser pressionado pela entidade (OESP, 23 mai. 2012).

O último editorial a compor a categoria chama-se “Incógnitas da transposição”, e é do dia 25 de maio. O texto aborda as obras de transposição do Rio São Francisco e sugere a ineficiência das cobranças da presidente Dilma sobre o andamento delas. O jornal atribui a realização da obra a “objetivos políticos” do ex-presidente Lula, em 2004, e lembra que a transposição deveria estar concluída em 2010. O novo prazo para conclusão, no entanto, era incerto.

O periódico generaliza os problemas em obras públicas como resultado do modo de governar do PT. “O estado em que se encontra a transposição simboliza o descaso com o uso de recursos públicos pelo governo do PT, pois a paralisação prolongada, além de impedir que a população se beneficie do investimento público, leva à perda de parte do que se fez, exigindo gastos adicionais de recuperação” (OESP, 25 mai. 2012). Apresentam-se críticas ao custo da obra que, segundo o jornal, também teria uma viabilidade duvidosa. Ao final do texto, o *Estadão* aproveita para se colocar como defensor do contribuinte (a fim de convencer o leitor sobre a importância do trabalho que o periódico desenvolve) e reiterar irresponsabilidade financeira do PT na gestão das obras.

[...] no governo chefiado pelo PT, as obras começam sem que se saiba quanto vão custar, que benefícios trarão, quando vão terminar e, muitas vezes, como nesse caso, sem projetos executivos e sem previsão de áreas a serem desapropriadas. O contribuinte que pague a conta (OESP, 25 mai. 2012).

A seguir, é aprofundada a discussão sobre Jornalismo político e imagem pública em interface com os editoriais jornalísticos.

Discussão e Apontamentos Finais

A pesquisa propôs investigar a construção da imagem da presidente Dilma Rousseff nos editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo*. Unida à imagem de Dilma, está

também a do governo que ela gerencia, possibilitando-se depreender como o periódico enxerga não só a presidente, mas sua administração.

A análise e a discussão dos editoriais abordados nesta pesquisa permitem apontar algumas conclusões gerais acerca do papel do Jornalismo na política e em relação à opinião do *Estadão* sobre o governo de Dilma Rousseff – um dos elementos que colaboram para a construção da imagem pública da presidente.

Em primeiro lugar, sustenta-se a ideia de que as empresas jornalísticas não fazem somente uma mediação entre esfera política e audiência, mas que também são instituições, com interesses próprios. O fato de que o periódico se alinha ao governo em algumas situações é um indício de tal comportamento.

De acordo com o que explica Cook (2005, p. 123, tradução nossa), “os meios de comunicação têm suas próprias preocupações e prioridades, que nunca são idênticas às das fontes oficiais, de quem eles dependem para fazer as notícias”.

Ao admitir-se que o editorial é o espaço em que o jornal faz política de forma mais contundente (ARMAÑANZAS; NOCÍ, 1996), reconhece-se também o fato de que a empresa de comunicação tem seus compromissos e crenças. Estes até podem coincidir com a agenda de determinados grupos em alguns momentos, mas, é importante ressaltar, se os compromissos políticos forem priorizados em detrimento dos princípios jornalísticos, corre-se o risco de sofrer sanções (BUCCI, 2000; MIGUEL, 2002; MARQUES, MIOLA e SIEBRA, 2013). A credibilidade da publicação é um capital social importante no campo do Jornalismo.

Sobre a imagem pública do governo Dilma, percebe-se que a relação do jornal com a presidente é pautada, na maioria das vezes, pela divergência de perspectivas. No entanto, é primário associar tais discordâncias meramente a preferências políticas da instituição jornalística. Em outras palavras, se a cobertura é crítica, talvez não fosse de se esperar outra coisa, e não só porque o jornal se opôs à Dilma desde quando ela era candidata, mas, também, porque é natural que a mandatária arque com a maioria das críticas às políticas adotadas no país.

Percebe-se que Dilma é apresentada como uma gestora pouco confiável. Para o jornal, ela não teria competência para enfrentar a crise econômica, seria autoritária em relação aos outros ocupantes de cargos na estrutura do governo e não teria capacidade para a negociação, emperrando os projetos que propõe.

Ao apresentar os assuntos e sugerir determinada forma de lidar com eles, o jornal opta por contestar algumas políticas em detrimento de outras, um fenômeno, por sinal, já identificado pela literatura. De acordo com Miguel e Coutinho (2007, p. 121), “Daniel Hallin afirmou, em estudo hoje clássico, que a imprensa, quando se abre para o contraditório, se movimenta dentro de um espaço de 'controvérsia legítima’”.

Ao abordar a crise econômica, por exemplo, *O Estado de S. Paulo* deixa claro quais temas e diretrizes considera passíveis de questionamento. Em relação aos assuntos políticos, a controvérsia legítima também se manifesta, uma vez que a discussão dos problemas associados à democracia representativa fica restrita à crítica aos envolvidos nos escândalos ou nas negociações, a partir de uma visão moralizante, sem permitir a fuga de uma lógica pré-determinada ou o questionamento do sistema político.

Desta forma, ao aplicar determinado tipo de enquadramento – e, a partir daí, resolver o que será colocado em discussão –, o periódico acaba endossando o ponto de vista já adotado e deixando de fora os que extrapolam os limites do *frame*, e que poderiam trazer novas perspectivas para o debate.

Ademais, o enquadramento da política como um jogo de negociações e barganha é algo já identificado na literatura (FALLOWS, 1997; SCHUDSON, 2008). No caso do *Estadão*, a barganha verificada entre os agentes políticos é vista como um expediente questionável. Embora a critique, o jornal expõe tal negociação como se fosse uma estratégia utilizada simplesmente devido à vontade do governo federal, enquanto outros fatores estruturais do próprio sistema político são deixados de lado, como a necessidade de lidar com o Congresso a fim de que leis e medidas possam ser aprovadas, por exemplo. É possível dizer que o jornal enxerga o PT como um partido pouco confiável, aproximando o argumento aqui delineado daquele desenvolvido por Biroli e Mantovani (2013), em estudo sobre a Folha de S. Paulo.

A exploração dos conflitos acontece várias vezes, mas isso não tem, necessariamente, efeitos negativos. Schudson (2008) atribui um valor importante aos conflitos na cobertura jornalística, pois seriam recursos para constranger os agentes no poder. Dar visibilidade a um conflito pode, de acordo com o autor, manter alertas os opositores às políticas do governo e, em certos casos, legitimar suas reivindicações. Centrada somente nas contendas, no entanto, a cobertura pode se afastar do cidadão

comum, que não veria as questões realmente importantes para ele serem debatidas (FALLOWS, 1997; KOVACH; ROSENSTIEL, 2003).

No caso do texto editorial, há, também, o peso da publicação e o fato de este ser um gênero que se dirige a um público diferenciado daquele convencional (MELO, 1985). O editorial busca, além de persuadir o leitor a adotar as posições da publicação, colocá-las em pauta. É possível dizer, também, que a pressão do jornal – mesmo que conte com um viés – traz contribuições à democracia ao emplacar agendas que auxiliem em uma melhor administração do país, ou ao fiscalizar os agentes políticos.

Assim, a importância política de um jornal como *O Estado de S. Paulo* não pode ser menosprezada. Por um lado, a visibilidade positiva em um periódico de grande circulação e credibilidade é um privilégio almejado por todo ator político. Por outro lado, "aparecer mal" no mesmo produto jornalístico pode comprometer planos políticos.

Referências Bibliográficas

AALBERG, T. *et al.* The framing of politics as strategy and game: A review of concepts, operationalizations and key findings. **Journalism**, v. 13, n° 2, p. 162-178, 2011.

AELST, P. *et al.* The personalization of mediated political communication: A review of concepts, operationalizations and key findings. **Journalism**, v. 13, n° 2, p. 203-220, 2012.

ALBUQUERQUE, A. Um outro quarto poder: jornalismo e responsabilidade política no Brasil. **Contracampo**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 23-57, 2000.

_____.; DIAS, M.. Propaganda política e a construção da imagem partidária no Brasil. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 2, n° 2, p. 308-326, 2002.

APOSTOLIDÉS, J.-M. **O rei-máquina: Espetáculo e política no tempo de Luís XIV.** Rio de Janeiro: J. Olympio. 1993.

ARMAÑANZAS, E.; NOCÍ, J. D. **Periodismo y argumentación. Géneros de opinión.** Universidad del País Vasco, 1996.

BIROLI, F.; MANTOVANI, D. **A parte que me cabe nesse julgamento: a Folha de S. Paulo na cobertura do processo do “mensalão”.** Disponível em <http://compos.org.br/data/biblioteca_2012.pdf>. Acesso em 6 ago. 2013.

_____.; MIGUEL, L. F.. Orgulho e preconceito: a “objetividade” como mediadora entre o jornalismo e seu público. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, n° 1, p. 22-43, 2012.

- BUCCI, E. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BURKE, P.. **A fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. p.262.
- CAREGNATO, R.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto & Contexto Enfermagem*, Santa Catarina, v. 15, p. 679-684, 2006.
- COOK, T. E. **Governing with the news**. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.
- EDELMAN, M. **Constructing the Political Spectacle**. Chicago and London: The University of Chicago Press. 1980.
- ENTMAN, R. M.. Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n° 4, p. 51-58, 1993.
- _____. **Projections of power: framing news, public opinion, and U.S. foreign policy**. Chicago: The University of Chicago Press, 2004, 229 p.
- _____. Media framing biases and political power: explaining slant in news of Campaign 2008. **Journalism**, v. 11, n° 4, p. 389-408, 2010.
- FALLOWS, J. **Detonando a notícia: como a mídia corrói a democracia americana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. 351 p.
- GOMES, W. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004. 451 p.
- KAPLAN, R. The origins of objectivity in American Journalism. In: ALLAN, Stuart (Organizador). **The Routledge Companion to News and Journalism**. New York: Routledge. 2012. Revised edition, pp. 25-37.
- KOVACH, B.;ROSENSTIEL, T. **Os elementos do jornalismo**. São Paulo: Geração Editorial, 2003. 302 p.
- MARQUES, F. P. J. A.; MIOLA, E.; SIEBRA, N. **Jornalismo, assessoria de imprensa e seus condicionantes organizacionais: Uma reflexão a partir das Teorias do Jornalismo**, 2013, inédito.
- McCOMBS, M. New frontiers in agenda setting: Agendas of attributes and frames. **Mass Comm Review**, 24(1&2), 32–52, 1997.
- MELO, J. M. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985. 166 p.
- MENDONÇA, R.; SIMÕES, P. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, p. 187-235, 2012.
- MIGUEL, L. F.. Meios de comunicação de massa e política no Brasil. **Diálogos Latinoamericanos**, Aarhus (Dinamarca), v. 3, p. 43-70, 2001.

_____. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova**, São Paulo, v. 56, p. 155-184, 2002.

_____.; COUTINHO, A. A crise e suas fronteiras: oito meses de mensalão nos editoriais dos jornais. **Opinião Pública**, Campinas, v. 13, p. 97-123, 2007.

MIOLA, E. Sistema deliberativo e tensões entre interesses públicos e privados: a criação da Empresa Brasil de Comunicação em debate no Congresso e na imprensa. 294f. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

NEGRINE, R.; STANYER, J. **The political communication reader**. New York: Routledge, 2007.

PRIOR, H. R.. Publicidade política e estratégias de representação: A visibilidade pública como “armadilha”. **Contemporânea**, v. 9, n° 3, 2011.

SCHUDSON, M. **Why democracies need an unlovable press**. Cambridge: Polity Press, 2008. 147 p.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. 502 p.

STRÖMBÄCK, J.; AELST, P. Why political parties adapt to the media : Exploring the fourth dimension of mediatization. **International Communication Gazette**, v. 75, n° 4, p. 341-358, 2013.

WEBER, M. H.. Imagem pública. In: RUBIM, Albino (org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004. pp. 259–307.